

NARRATIVAS DE (Des)ENVOLVIMENTO E O SAVOIR-FAIRE DOS PESQUISADORES DO COLETIVO TBC – MARANHÃO

Sylvana Kelly Marques da Silva

Instituição: Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo/MA

E-mail: sylvana.kelly@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5839-4562>

Fabisnaldo Pereira da Silva

Instituição: Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo/MA

E-mail: fabisnaldo.ps@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9640-6915>

Resumo: Esse artigo é parte das investigações desenvolvidas no projeto de pesquisa *Espaços Comunitário e Desenvolvimento Socioeconômico: saberes, fazeres e turismo em prol do Bem-viver no Baixo Parnaíba Maranhense*. Apresenta uma discussão crítica sobre o conceito de desenvolvimento e suas implicações ideológicas em conexão com a análise da interação dos pesquisadores vinculados ao Coletivo TBC-Maranhão, com o objetivo de refletir sobre o *savoir-faire* (Perrenoud, 1999) desses agentes no ambiente de atuação. Tendo como método a Sociologia Compreensiva (Weber, 2004) apoiada pela Economia Interpretativa (Warren, 2019), associadas a uma incursão etnografia (Malinowski, 1984) e netnografia (Kozinets, 2014), apresentou as iniciativas do TBC no Maranhão mapeadas pelo Coletivo, as evidências de possibilidades e entraves nesse campo, as redes de colaboração estabelecidas e a noção dos pesquisadores sobre o turismo desejável. Além de destacar o conceito do TBC segundo referencial exposto no grupo. Em um Estado de feições conservadoras, violentas e resistentes a transformação, integrar o protagonismo comunitário e a diversidade socioambiental ao turismo é uma forma de luta e resistência espacial, o *savoir-faire* dos pesquisadores, apesar dos desafios, é pedagógico e revolucionário, por esperar na organização de economias alternativas ao modelo hegemônico. E, se é uma resistência é a justa ira, vinda de baixo pra cima como potência transformadora.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Comunidades. Turismo. *Savoir-faire*. Pesquisadores.

DEVELOPMENT NARRATIVES AND THE SAVOIR-FAIRE OF RESEARCHERS FROM THE COLETIVO TBC – MARANHÃO



Abstract: This paper part is part of the investigations carried out by the research project: “Community Spaces and Socioeconomic Development: knowledge, practices and tourism in favor of ‘Buen Vivir’ in Baixo Parnaíba Maranhense”. Presents a critical discussion on the concept of development and its ideological implications in connection with the analysis of the interaction of researchers linked to the TBC-Maranhão Collective, with the objective of reflecting on the *savoir-faire* (Perrenoud, 1999) of these agents in the environment in which they operate. Using Comprehensive Sociology (Weber, 2004) as a method, supported by Interpretative Economics (Warren, 2019), associated with an incursion into ethnography (Malinowski, 1984) and netnography (Kozinets, 2014), it presented the TBC initiatives in Maranhão mapped by the Collective, the evidence of possibilities and obstacles in this field, the collaboration networks established and the researchers' notion of desirable tourism. In addition to highlighting the concept of TBC according to the reference presented in the group. In a state with conservative, violent and resistant to change, integrating community protagonism and socio-environmental diversity into tourism is a form of struggle and spatial resistance. Despite the challenges, the researchers' know-how is educational and revolutionary, as it hopes for the organization of alternative economies to the hegemonic model. And if it is resistance, it is just anger, coming from the bottom up as a transformative power.

Keywords: Development. Communities. Tourism. Knowledge. Researchers.

NARRATIVAS DEL DESARROLLO Y EL *SAVOIR-FAIRE* DE LOS INVESTIGADORES DEL COLETIVO TBC – MARANHÃO

Resumen: Este artículo es parte de las investigaciones desarrolladas en el proyecto de investigación Espacios Comunitarios y Desarrollo Socioeconómico: conocimientos, acciones y turismo en favor del Bienestar en la región del Bajo Parnaíba de Maranhão. Presenta una discusión crítica sobre el concepto de desarrollo y sus implicaciones ideológicas en conexión con el análisis de la interacción de investigadores vinculados al Colectivo TBC-Maranhão, con el objetivo de reflexionar sobre el *saber hacer* (Perrenoud, 1999) de estos agentes en el entorno de actuación. Utilizando la Sociología Comprensiva (Weber, 2004) como método, apoyada en la Economía Interpretativa (Warren, 2019), asociada a una incursión etnográfica (Malinowski, 1984) y netnográfica (Kozinets, 2014), presentó las iniciativas de TBC en Maranhão mapeadas por el Colectivo, las evidencias de posibilidades y obstáculos en ese campo, las redes de colaboración establecidas y la noción de turismo deseable de los investigadores. Además de resaltar el concepto de TBC según el referente establecido en el grupo. En un Estado con características conservadoras, violentas y resistentes a la transformación, integrar el protagonismo comunitario y la diversidad socioambiental en el turismo es una forma de lucha y resistencia espacial. El *saber hacer* de los investigadores, a pesar de los desafíos, es pedagógico y revolucionario, pues aspira a la organización de economías alternativas al modelo hegemónico. Y, si es resistencia, es sólo ira, que surge desde abajo como un poder transformador.

Palabras clave: Desarrollo. Comunidades. Turismo. Saber cómo. Investigadores.



INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma análise mais ampla relacionada ao Projeto de Pesquisa Espaços Comunitário e Desenvolvimento Socioeconômico: saberes, fazeres e turismo em prol do Bem-viver no Baixo Parnaíba Maranhense¹. Com mais de dez planos de trabalho organizados em quatro anos de pesquisa mergulhamos na sociologia da cultura e do desenvolvimento, incorporando a *'Interpretative Economics'* [(*i.e'*) Economia Interpretativa] (Warren, 2017;2019) para observar a economia que circunscreve o turismo no espaço subscrito. Mapeamos e analisamos distintos agentes culturais que atuam dialogicamente nas interações entre os saberes populares e científicos em prol de ações e práticas que dinamizam a atividade em espaços com vulnerabilidades sociais marcado por cicatrizes do regime colonial. E, um dos planos de trabalho da pesquisa, que contemplou as ações dos pesquisadores dedicados ao Turismo de Base Comunitária (TBC), serviu como base para este texto.

Em um contexto de emergência sanitária global, observamos o processo de formação e atuação de um coletivo de pesquisadores formado em 10 de setembro de 2020, durante o período pandêmico, o “Coletivo TBC-Maranhão”, que se utilizou do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* como principal meio de comunicação para fomentar, instruir e apoiar ações locais. A escolha dessa plataforma foi estratégica,

¹ O estudo faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Espaços comunitários e Desenvolvimento Socioeconômico: saberes, fazeres e turismo em prol do bem-viver no Baixo Parnaíba Maranhense”. Vinculado ao GEPEMADEC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura, na linha de pesquisa 3: Cultura, poder, imagem, representações espaciais e as transversalidades com o turismo. O projeto objetivou compreender, mapear, analisar as ações e articulações entre diferentes agentes e suas redes de interesses vinculadas as produções culturais oriundas de ambientes rurais que permanecem como espaço de vida e se apresentam como fundamental para a manutenção do ambiente, da soberania cultural da população e valorização de um patrimônio imaterial e material extremamente rico. O que pode vir a identificar direções produtivas para as políticas de desenvolvimento econômico e bem-estar local, por meio da atuação na geração de renda com alternativas não agrícolas, tais como: produção de artesanato, processamento de alimentos, participação em feiras e implantação de alguma atividade vinculada ao segmento turístico.



pois além de possibilitar as trocas em tempo real, facilitou o compartilhamento de informações com arquivos de mídia em diversos formatos.

O canal de comunicação, inicialmente criado para conectar os pesquisadores, também incorporou os agentes locais envolvidos com o TBC a fim de refletir sobre as práticas existentes e direcionar meios de efetivar específicas ações, oferecendo orientações sobre as singularidades desse modo de organizar e gerir a atividade do turismo. Levantou informações para a elaboração de um diagnóstico sobre iniciativas de TBC no estado do Maranhão com interações dialógicas entre os pesquisadores, educadores, ativistas, microempresários individuais, líderes locais e outros agentes, apresentou pesquisas, extensões e eventos realizados na área, fomentou o debate críticos entre pesquisadores com participação dos membros do grupo.

Compreendendo que o coletivo opera sob normas e condutas moldadas pela cultura local e pela conjuntura contemporânea, refletimos, por meio dos processos de colaboração sobre a composição do grupo e o *savoir-faire* (Perrenoud, 1999) dos pesquisadores. Voltamos a atenção à economia do desenvolvimento que permeia o imaginário do grupo, mediados pela '*i.e.*' em articulação acerca das percepções do desenvolvimento e do TBC². Adicionalmente, aliamos ao estudo: a conceituação do TBC segundo os referenciais do grupo; a visão dos pesquisadores sobre o TBC enquanto modelo alternativo ao/de desenvolvimento; as iniciativas do TBC no Maranhão decorrente do mapeamento do Coletivo, as evidências das possibilidades e entraves na efetivação de tais iniciativas em conexão com a nossa análise desse campo.

² A análise que tecemos sobre a concepção de desenvolvimento dos pesquisadores se originou por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas entre os anos de 2022 e 2023, por meio da plataforma *google-meet*, para essa pesquisa.



Com o desejo de contribuir com os estudos do TBC, ancorados na sociologia compreensiva (Weber, 2004)³, executamos uma incursão etnográfica (Malinowski, 1984) e netnografia (Kozinets, 2014)⁴, respeitando o contexto do retorno gradual e planejado das atividades acadêmicas, em razão da declaração de Emergência Internacional em Saúde Pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020. Priorizamos jornadas *on-line* para a condução dessas atividades, obedecendo ao código de ética que envolve seres humanos em pesquisa e com as devidas autorizações dos entrevistados.

Para esse debate organizamos o artigo em quatro seções, além desta introdução. Primeiro, apresentamos uma crítica ao conceito do desenvolvimento, sua origem, implicações ideológicas e os impactos com ênfase nos contornos socioespaciais. Na sequência, contextualizamos o TBC, as iniciativas relevantes nesse sentido, as redes de colaboração estabelecidas, o debate dos pesquisadores sobre o turismo desejável e os desafios existentes, e, conceituamos o TBC a partir do que foi apresentado no grupo. Logo, organizamos uma descrição das iniciativas do TBC no Maranhão com base no mapeamento organizado; analisamos o *savoir-faire* dos pesquisadores e sua aplicação prática.

Reconhecemos que a produção sociocultural do turismo emerge das relações de poder oriundas do projeto de expansão socioeconômico europeu, marcado pelo colonialismo, patriarcado, racismo, exploração do trabalho e privatização dos bens comuns. Consideramos que, diferentemente do que propõem alguns economistas, o desenvolvimento está profundamente conectado ao contexto da dinâmica histórica, cultural e espacial, no nosso caso, moldado pela permanência da

³ A sociologia compreensiva busca analisar as ações do indivíduo com fim na sociedade. O que o indivíduo isoladamente faz repercute nos seus grupos sociais primários, secundários e consequentemente na sociedade como um todo. Para mais informações ler Weber (2004).

⁴ "A netnografia trata-se de uma "metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador" (Kozinets, 2014, p. 62).



antiga ordem colonial. Essa estrutura ainda é forte o suficiente para afastar qualquer tentativa de transformação estrutural em termos socioeconômico, principalmente, quando se envolve noções de povo, raça e pobreza.

Compreendemos que o *savoir-faire* dos pesquisadores do Coletivo TBC-Maranhão é pedagógico, político, social e revolucionário. Para além das críticas ou conflitos teóricos sobre a ideia de desenvolvimento, os estudiosos defendem não apenas um modelo de turismo, mas um movimento sociopolítico que tenta conectar autonomia, inclusão, justiça social e sustentabilidade. Em um Estado organizado por grupos conservadores, de feições enraizadas no arcaico e resistentes a transformações, esperar na organização de formas alternativas de economia que questionem o modelo hegemônico é uma forma de resistência com grande potencial transformador.

TURISMO NA PERIFERIA COMO ALTERNATIVA DE OU AO DESENVOLVIMENTO?

Há um consenso em afirmar que o termo desenvolvimento é produzido na segunda metade do século XX, acompanhado por uma série de terminologias, tais como desenvolvimento autossustentado ou endógeno, pensado como prioritário para os países ditos “subdesenvolvidos”. Com o objetivo de mitigar o cenário de degradação ambiental causado pelo modelo vigente, surge também a ideia de desenvolvimento sustentável.

Atentos à etimologia da palavra ‘des + envolvimento’, observamos que ela se origina do latim *envolver*, derivado de *volvere*, que significa o ato de “desenrolar”, “rolar” ou “fazer girar”. O prefixo ‘de-’ era utilizado para expressar afastamento, e no galego-português ‘des-’ sobreviveu com um valor de negação⁵. Sobre tal nó górdio, o

⁵ Para mais informações sobre a origem do prefixo ‘des’ ver: SANTOS, Alice Pereira. Origem e desenvolvimento dos prefixos de- e des-. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 22, n. Especial, p.



analista ambiental e pesquisador Dr. Bruno de Brito Gueiros Souza⁶, integrante do Coletivo investigado, comenta:

Desenvolvimento é uma palavra complicada, porque até o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, que tive a honra de conhecer e conviver um tempinho, fala que o desenvolver é tirar o envolvimento das pessoas com a natureza, tá desenvolvendo, está tirando o envolvimento, então, realmente é uma palavra muito complicada, porque ela sempre traz essa carga de acumulação, ou até mesmo, é isso o desenvolver da natureza. Quando você fala: - ah, como é tal povoado acolá? Ele é desenvolvido? – Ah, não, ele tem só estrada de terra. Ou, então, se fala assim: Ah, tal lugar é bem desenvolvido, tem muitos prédios e não sei o que mais, e obras... Então, existe essa carga ideológica no sentido do desenvolvimento.

O pesquisador nos ajuda a balizar que, etimologicamente, o termo já está comprometido com a dicotomia natureza/cultura, ao retirar o envolvimento com as relações espaciais locais. Isso posto, agrega-se a proposta de homogeneização da ambiência e usurpa-se a autonomia dos povos com seus territórios, na imposição da transformação do distinto em semelhante; a partir das classificações legitimadas nas subjetividades e valores dos indivíduos baseados em um regime cartesiano de saberes que excluiu outros conhecimentos, garantindo a ideologia do desenvolvimento. Já nesse norte o *online etymology dictionary*, coloca que no ano de 1756, surge “*development*”, como um processo interno de expansão; que em 1902, passa a representar o estágio das economias avançadas.

Merece toda a nossa atenção o imaginário composto pela ideologia que opera o desenvolvimento, enquanto um repositório da constituição do saber e poder ocidental, visto que, ao criar um horizonte de imagens almejadas por níveis de

167-187, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v22iEspecialp167-187. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/165701>. Acesso em: 13 nov. 2023.

⁶ É analista ambiental do instituto Chico Mendes do núcleo de gestão integrada São Luís - NGI São Luís, atua desde 2003 quando passou no concurso o IBAMA, foi pesquisador da UFMA, tem mestrado e doutorado. O NGI em São Luís trabalha com 5 reservas extrativistas, que são do Piauí em Direção ao Pará, sendo elas as Resex da Bahia do Tubarão que pega o município de Catu e Humberto de Campos, a Resex Itapetiranga no município de Bequimão, Resex Quilombo Frechal do município de Mirinzal, a Resex Cururupu com uma parte de Serrana no Maranhão e Apicum-Açu e pôr fim a Resex Arapiranga Tromari, que passa por Carutapera e um pedaço de Luís Domingues.



industrialização, consumo e uso tecnológico alcançado por alguns países, compreendidos como modelos ideais, arquiteta como subproduto desta realidade o seu “outro”, o subdesenvolvido (Floriani, 2020; Furtado, 1975; Stavenhagen, 1985). Tal consciência revela para o mundo os retratos do atraso, imbuídos de imagens criadas nas relações imputada pelo projeto ocidental, com privilégio à civilização vivenciada no contexto urbano (Latour, 1994; Quijano 2005). O urbano concretiza-se com o mascaramento, até mesmo a eliminação, das comunidades tradicionais e das suas especificidades. É fruto de um “padrão de poder baseado na colonialidade, implica também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro do qual o não-europeu era o arcaico, o bárbaro, o racializado, e desse modo inferior” (Quijano, 2005, p.116).

Ao ser compreendido como a força motriz que conduz uma sociedade atrasada ao avanço, sendo antes, primordial acumular capital para depois o distribuir, o desenvolvimento ergue-se com um sistema de crenças que se legitima silenciando suas consequências nefastas. Ao se reportar ao desenvolvimento Boisier (2000), questiona: "de qué estamos hablando?". Porque na prática o desenvolvimento ampliou as contradições socioeconômicas (Hirchiman, 1981). No Brasil, o ideário ampliou-se com a campanha norte americana, conduzida pela garantia dos interesses políticos e econômicos internacionais, de viés conservador, violento, oligárquico e cultural, com uma análise direcionada estritamente por indicadores economicistas, afastados das garantias sociais e das questões da qualidade de vida das comunidades (Warren, 2019).

Difuso e carente de uma definição conclusiva materializa-se socioespacialmente. Efetivado, exige a união de vários campos do saber para a compreensão multidimensional e, principalmente, cultural da sociedade que o absorve. É nesse sentido que investigamos o *savoir-faire* (Perrenoud, 2000) produzido pelo grupo de pesquisadores do ‘Coletivo TBC – Maranhão’, levando em conta a reprodução e aplicação do termo. Pensando em não apenas criticar, mas apreender as



propostas e implementações das economias de mercado que surgem como alternativa ao modelo ortodoxo.

O coletivo se constituiu para debater questões sobre o desenvolvimento associado ao turismo, ainda, apoiar no momento crítico da pandemia, agentes comunitários, ativistas e empreendedores locais envolvidos com o TBC, ao mesmo tempo em que captava dados para diagnóstico e favorecimento de tais iniciativas no estado do Maranhão. Para auxiliar na compreensão dessa relação desenvolvimento/turismo, análogo as dinâmicas do território, discorremos sobre as especificidades do local pesquisado.

O Maranhão foi incorporado a região nordeste do Brasil no ano de 1945, três anos após a oficialização da região no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trata-se de um estado com grande extensão de terra e com baixos índices sociais. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, aponta em 2021, o IDHM-Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão de 0,676 e o IDHM-Renda de 0,603, última posição nacional⁷. Trata-se de uma região com índices econômicos incipientes, abismos sociais e com a estética paisagística estereotipada pelo discurso do exotismo, da alteridade, do campo (Silva & Laibida, 2023). O cenário é violento e resulta dos modos de conhecer e estruturar as sociedades que passaram pela dominação colonial europeia e expande-se pelo estado de modo similar⁸.

⁷ Para mais informações ver também outros indicadores, tais como o Ranking do IDH, 2010, site do IBGE. Disponível em: <[https://cidades.ibge.gov.br/\[...\]/0?tipo=ranking](https://cidades.ibge.gov.br/[...]/0?tipo=ranking)>; Evolução do IDH no estado do Maranhão, 2012-2017, site do IPEA: disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/por\[...\]p;view=article&id=34682](https://www.ipea.gov.br/por[...]p;view=article&id=34682)>

⁸ A FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares do estado do Maranhão, dispõe de dados sobre as diversas lutas empreendidas por assentados, acampados, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros nas últimas décadas acumula diariamente denúncias de despejos de comunidades por ordem judicial, de pessoas ameaçadas de morte e assassinadas em decorrência de conflitos agrários, de prisão de trabalhadores rurais, de licenças ambientais expedidas à revelia das comunidades, de devastação ambiental, de envenenamento de nascentes e de comunidades inteiras. Para mais informações ver: FETAEMA, 2021.



O desenvolvimento vigente nas relações sociais surge na esteira do que Quijano (2005) cunha por colonialidade, amparada em uma modernidade periférica, está marcado nas estruturas sociais pela racionalidade eurocêntrica, em um sistema econômico exportador com prioridade a primarização da economia, a mercantilização da natureza e a precarização brutal do trabalho (Giacometti & Floriani, 2021; Quijano, 2005; Raworth, 2019; Silva & Laibida, 2023). Favorece um cenário complexo de usos abusivos dos recursos naturais, hiperprecariedade do trabalho, muitos em condições análogas à escravidão, lutas territoriais e um contexto sub-reptício de resistência por dignidade humana e busca de direitos básicos⁹. Na conjuntura atual os conflitos agrários e ambientais ocorrem em grande medida pela expansão da soja e desmatamento do cerrado.

Parte do MATOPIBA¹⁰, o Maranhão está entre os estados que mais desmatam no Brasil. Foram 167 mil hectares devastados, segundo dados trazidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), através do seu coordenador geral no Maranhão (LIMA, 2022). Também é palco de maior índice de assassinatos no campo¹¹, o ano de 2021, foi um dos mais violentos da história recente do estado.

Gráfico 01: Violência em área rural no Maranhão

⁹ FETAEMA. Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão – ano 2021. Disponível em: <https://fetaema.com/wp-content/uploads/2023/03/Livro%20FETAEMA%202.pdf>

¹⁰ A região do MATOPIBA é uma fronteira agrícola marcada pelo cerrado em que às duas primeiras letras referem-se aos estados que fazem divisa - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

¹¹ Brasil de Fato. Direitos Humanos. Elites Predatórias: Maranhão é o estado com mais assassinatos no campo em 2021, aponta relatório da CPT. 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/20/maranhao-e-o-estado-com-mais-assassinatos-no-campo-em-2021-aponta-relatorio-da-cpt>





Fonte: FETAEMA (Gráfico elaborado por: Jailson Aguiar, PNCSA), 2022.

O gráfico acima é um esforço da FETAEMA, para denunciar as diversas violações de direitos dos povos e comunidades tradicionais do Maranhão, de assentados da reforma agrária, de acampados, de lideranças rurais ameaçadas de morte e da impunidade no campo (FETAEMA, 2021). Com apoio da FETAEMA, o Professor Ronaldo Sodré – LEPENG/UFMA –, produziu, um mapa (02) de conflitos agrários e socioambientais com informação oriunda dos depoimentos de comunidades tradicionais: quebradeiras de coco, quilombolas, geraizeiros, assentados da reforma agrária, etc., presentes no I Encontro de Conflitos Agrários e Socioambientais, nele somou-se 148 pontos de conflitos no estado com urgência de intervenção devido a presença de milícias, assassinatos, intenso desmatamento, entre outros.

Recentemente observamos em nossa pesquisa que há um acirramento de conflitos agrários em todo o Maranhão, além do aumento da devastação no cerrado¹². É a representação violenta das desigualdades sociais conectadas ao processo de

¹² Casos recentes no Maranhão de aumento do desmatamento e de conflitos agrários nas mídias. Ver: <https://alexandre-pinhoero.blogspot.com/2024/03/zona-rural-urgente-conflito-agrario.html>, <https://cburitiense.blogspot.com/2024/03/realizacao-de-pericia-forense-em-buriti.html?m=1> <https://globoplay.globo.com/v/12421812/>

modernização, com “a apropriação fraudulenta de terras, concentração fundiária, trabalho escravo, desemprego, diferentes formas de violência no campo e um dos mais elevados índices de desigualdades sociais do país” (Mattos; Sodré, 2016).

A realidade descrita espelha o desenvolvimento hegemônico que se espalhou por todas as vertentes da produção com o fortalecimento das elites e das hierarquias espaciais, divididas em seus centros e periferias (Shills, 1991). Krenak (2020), afirma que nesse processo as elites aparecem como pragas devoradoras das terras e das suas várias formas de vida, para acúmulo individual de riqueza ancorados na ideia ficcional do desenvolvimento. É o projeto de uma elite que Warren (2019) denomina por veneno do progresso. Nos espaços rurais incorporou na agricultura como uma inovação tecnológica o uso de agroquímicos (Corbari *et. al.*, 2020). E, construiu uma dependência fulcral de outros setores econômicos, tal como o energético (Mcmichael, 2016).

O amparo estatal à atuação privilegiada das grandes corporações e do setor privado, favoreceu tal estrutura, que por sua vez exercem cada vez mais o monopólio sobre campos estratégicos da sociedade. De Mesquita *et. al.* (2020), pontua que logo após a Segunda Guerra:

Paralelamente ao estímulo a maior produção agrícola em função do aumento da demanda por alimentos e por certas matérias-primas, verificaram-se importantes interesses capitalistas pelo lado da oferta. Além da indústria química, que passou a ocupar a centralidade da cadeia produtiva, identificam-se interesses de empresas produtoras de máquinas agrícolas, bancos e grupos vinculados ao desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação. Esses grupos, por sua vez, consolidaram estruturas oligopolizadas e passaram a influenciar cada vez mais governos em diversos países, principalmente na dita periferia.

É nessa direção que o Maranhão desponta como potencial para a exploração da energia eólica no mar, chamando a atenção das empresas internacionais. No outro lado de tal lógica, os líderes de populações tradicionais relatam que se especula a exploração da energia por meio de uma técnica que permite perfurações de mais de 3,2 km abaixo da superfície, com destruição dos recursos da terra e prejuízo aos lençóis



freáticos. Mesmo os impactos desses projetos recaindo diretamente sobre os pescadores e à toda biota marinha, em uma escala inteira da cadeia alimentar, as comunidades envolvidas não são ouvidas. Margeadas do processo organizacional, servem à demanda do trabalho explorado¹³.

A degradação do ecossistema, expropriação da terra e a exploração do trabalho são implicações do desenvolvimento nas áreas periféricas, além dos efeitos diretos sobre o corpo, o agronegócio é destaque a contaminação causada pela pulverização dos agrotóxicos nos monocultivos, em alguns casos usados até como arma química por fazendeiros para a expulsão das comunidades dos seus territórios¹⁴.

E, o funcionamento turístico acompanhou todo esse furor desenvolvimentista amparado em padrões estetizados ao viés europeu. Na expropriação dos territórios comunitários, disputa de recursos e impactos ambientais une-se aos conflitos fundiários e a especulação imobiliária. Sobre a pesca artesanal De Paula (2019, p.265), afirma:

(...) o turismo é a principal atividade econômica que promove a modernização que causa expropriação do território das comunidades. Essa atividade promove impactos ambientais, disputas no território, mas principalmente disputa pelo território da pesca artesanal. Já questões fundiárias e especulação imobiliária se restringem aos conflitos por território. (...) A região que mais evidencia os conflitos com o turismo de massa é o Nordeste. Na II Assembleia Geral do MPP, realizada de 23 a 25 de agosto de 2016, na Reserva Extrativista do Batoque – CE, destacou-se o avanço da atividade turística sobre as comunidades tradicionais de pescadores artesanais. No próprio Ceará, inúmeros resorts são instalados, com vastas infraestruturas, alheias ao lugar de vida dos pescadores. Motivados pelo poder público municipal e estadual, esses empreendimentos promovem a remoção das famílias de pescadores artesanais.

¹³ As informações foram captadas para essa pesquisa ante a vivência etnográfica na região do Baixo Parnaíba Maranhense, com aprofundamento da dimensão do cotidiano e do lugar. Por líderes comunitários, em 29 de maio de 2023.

¹⁴ Em 2009, a União Europeia proibiu a pulverização aérea de agrotóxicos e pesticidas por aviões, visto que os danos causados pelo veneno da pulverização se expandem por largas distâncias, para além do foco de utilização. Ao contrário dessa lógica, no Maranhão se torna cada vez mais comum a pulverização de veneno com aviões, helicópteros e drones, motivados pela expansão do uso de agrotóxico. Para mais informações ver FETAEMA (2021).



Esse foi o resultado das políticas públicas de incentivo ao turismo implementadas nas décadas de 1970 e 1980, com fornecimento de infraestrutura, fundos de apoio à iniciativa privada com o financiamento da atividade, além, dos subsídios fiscais para a atração dos investidores. O Estado foi o grande parceiro na construção dos paraísos tropicais erguidos na beira mar, muitas praias foram privatizadas por hotéis, com o uso ilegal das áreas públicas em benefício dos empresários hoteleiros, com hotéis construídos em locais de preservação ambiental e áreas da Marinha do Brasil.

Com a ampliação, a partir da década de 1970, dos debates ambientais tal padrão de desenvolvimento é questionado, com ele as *bénéfices* do turismo e os seus êxitos econômicos são colocados em xeque. Como contraponto formas alternativas de se fazer turismo começam a ganhar folego e unem-se as bandeiras de luta das comunidades em relação aos conflitos que envolvem a economia neoliberal, as questões socioambientais e as disputas dos territórios.

Jânio Rocha¹⁵, funda com eixo na economia do turismo de base comunitária, o Projeto Balaiada. Integra o fazer turístico à revisão histórica da Guerra da Balaiada, com isso intenciona a revisão de códigos opressores, dialoga com as questões raciais e com os direitos humanos. Planeja a “Rota dos Balaios”, um caminho que culmine na geração e distribuição de renda, valorização e autonomia das comunidades envolvidas. Pensa a região diante das marcas da negritude, das culturas tradicionais, da miscigenação, das similaridades socioeconômicas, das marcas do coronelismo, autoritarismo e violências transversais aos conflitos agrários. Para Jânio, a relação entre desenvolvimento/turismo deve pautar-se no modo como tais comunidades são alvejadas pelo interesse do grande capital.

¹⁵ Jânio Rocha é um dos participantes do coletivo em análise. É professor de filosofia no estado do Maranhão, município de Chapadinha, coordenador do projeto Balaiada e é membro do Fórum do Baixo Parnaíba Maranhense, em diálogo com os Direitos Humanos.



O turismo de base comunitária é um movimento capaz de dar visibilidade a essa região, inclusive uma certa blindagem as comunidades, que ao serem visibilizadas, enquanto promotoras do TBC, também podem ser protegidas de possíveis agressores que tentam usurpar seus territórios. Todavia, o diálogo não se dá só com interesse no turismo, não há como se pensar turismo de forma isolada, planejar sem ter um diálogo com os setores de igualdade racial, com os líderes comunitários, com os movimentos de defesa dos direitos humanos, fóruns de sustentabilidade, entre outros. Uma coisa é pensar alternativas, sabendo que a população realmente sai do campo porque o campo é difícil, é violento, porque são expulsas. Aí, tem que levar ao campo estruturas que permitam que a vida se torne viável.

Idealizadora do Coletivo TBC-Maranhão, a professora Luciana Castro¹⁶, entende que as visões críticas relacionadas aos contextos de desenvolvimento social e econômico construídas no decorrer das últimas décadas a faz romper com o fechamento da ideia de desenvolvimento. Para a pesquisadora o termo desenvolvimento é capaz de incluir as desigualdades regionais, alternativas mais justas de desenvolvimento.

Ao ressignificar o termo, nega a sua base em prol de um viés que acredita inclusivo. A mesma direção é seguida por outros membros do grupo, como a da professora Ana Catarina Coutinho¹⁷, que se embasa em Amartya Sen (2020) para construir sua narrativa:

O desenvolvimento inclui a economia, mas promove a liberdade de escolha dos indivíduos no que tange as questões sociais, políticas, econômicas, ambientais, etc. Do seu livre arbítrio das questões sexuais, da pauta feminista, da discussão da família, etc. Como diria Amartya Sen, o desenvolvimento como processo libertário, que é individual a partir de questões coletivas, do direito do outro¹⁸.

¹⁶ Luciana Castro é Professora de Turismo na Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alcântara – MA. Desenvolve pesquisas no campo do Planejamento e Elaboração de Projetos Turísticos, Desenvolvimento Sustentável do Turismo e Turismo de Base Comunitária.

¹⁷ Ana Coutinho é Professora de Turismo na Universidade Federal do Maranhão, no Centro de Ciências de São Bernardo, participa do Coletivo TBC Maranhão.

¹⁸ Entrevista cedida para essa pesquisa.



Cíntia Raquel Soares Pinheiro¹⁹, aponta a sua compreensão do desenvolvimento com o mesmo referencial:

Essas perspectivas teóricas redefinem o paradigma convencional de Desenvolvimento, que muitas vezes é caracterizado por uma lógica excludente, centralizadora e geradora de desigualdades interseccionais. Ao abraçar a visão de Desenvolvimento como Liberdade, reconhecemos que a qualidade de vida de uma sociedade não pode ser medida exclusivamente por indicadores econômicos, mas deve incluir a capacidade das pessoas de fazerem escolhas significativas em suas vidas e de participar ativamente na construção do seu destino²⁰.

Observamos que a obra do indiano Amartya Sen (2000), em termos de economia se traduz em uma gramática da comunicação incorporada por um número significativo de membros do Coletivo TBC- Maranhão. Sen (2000) é um teórico que estabelece o debate com os movimentos sociais, organismos multilaterais e o próprio Estado, desse modo o seu discurso tem um amplo espectro de difusão, de penetração, em distintas instituições. Ao apontar que o desenvolvimento está incluso nas dimensões das liberdades substanciais que os indivíduos acessam de acordo com a expansão ou não das suas capacidades ou limites da liberdade, exalta a potência humana como o objetivo do desenvolvimento. Existem muitas críticas a teoria seniana, principalmente, por não existir por parte do autor um rompimento sistêmico, entretanto, Amartya Sen dialoga com autores que alimentam um debate marxista da noção da potência humana limitada pelo capitalismo, pelo Estado e pela cultura, dando chaves interpretativas da realidade econômica com possibilidades de transformações, se não estruturais, instrumentais.

Seu debate não está em prejuízo ao debate econômico, mas em paralelo, traz a renda de forma integrada com outros elementos que devem estar sinergicamente dispostos, não a isola. Isso porque a resolução das questões relativas à renda, segundo

¹⁹ Cíntia Pinheiro, também membro do coletivo é doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na UFF, onde pesquisa Turismo, Unidades de Conservação e Gestão Compartilhada.

²⁰ Entrevista cedida para esta pesquisa.



Sen (2000), não resolvem outros problemas sociais. Ao mesmo tempo que os problemas de liberdade política, educação, informação, saúde, segurança, qualidade de vida, são fatores que podem ou não se integrar a renda, também, são independentes, no sentido de que as formas de violência podem ser mantidas, mesmo na riqueza (SEN, 2000)

Pinheiro, em resposta a essa entrevista, incorpora, para se pensar o desenvolvimento, a teoria do Bem-viver:

Da mesma forma, a influência da teoria do Bem-Viver destaca a importância da harmonia com o ambiente, entendendo que o progresso não pode ser alcançado à custa da degradação ambiental, e sim por meio da coexistência harmônica entre a humanidade e a natureza. Portanto, no meu entendimento, o verdadeiro Desenvolvimento reside na promoção da liberdade, justiça, equidade e na preservação do meio ambiente, criando um quadro que transcende a abordagem tradicional e busca uma sociedade mais inclusiva, justa e equitativa.

Tem sido comum algumas esferas sociais associar o Bem-viver há uma alternativa de desenvolvimento. Porém, o Bem-viver, que não se confunde com viver melhor, indica o rompimento com a lógica vigente, busca ser uma alternativa ao desenvolvimento, o que na prática não foi efetivado. Mamani (2010) acredita que a América Latina vive esse momento de necessidade de uma mudança de paradigma. Esperança no paradigma comunitário do “vivir bien”, como um sistema em interconexão, com responsabilidades naturais e novas instituições integradas no viver, rompidas com as dicotomias ocidentais e com as explorações dos modos de vidas.

Apresentamos de modo sintético, em diálogo com os pesquisadores entrevistados, concepções, críticas e propostas ao desenvolvimento. Na relação com o turismo existe a consistência do modelo de desenvolvimento como o único possível, o que indica alternativas de desenvolvimento, não uma alternativa ao desenvolvimento. Não é surpresa, o imaginário vigente se concretiza por um poderoso mecanismo de convencimento consentido pelas elites econômicas, políticas, agências internacionais e até mesmo alguns setores acadêmicos.



E como sabemos muitos modelos do desenvolvimento são questionados devido aos seus efeitos nefastos, tal como o mais recente que é global de matriz neoliberal, incapaz de implementar políticas sociais e redistributivas. O que compõem um campo teórico de lutas em disputa pela primazia dos contornos do desenvolvimento, com duras críticas formatadas no interior de algumas disciplinas, tais como a sociologia, a economia e a própria ciência política.

Consideramos aqui que no cenário econômico atual, financeiro-rentista, pautado nas apropriações dos bens naturais, pensar alternativas ao desenvolvimento é algo desafiador, por meio de novos conceitos e novos modos de concebê-lo, ainda, a necessidade de rearticulações revolucionárias baseadas, principalmente, nas premissas democráticas. Esse é um caminho, requer um diálogo interdisciplinar junto com um esforço teórico e metodológico, capaz de abrir janelas para se pensar a superação do paradigma atual.

DO MASSIVO AO INCLUSIVO: NOVAS ROTAS DE (des)ENVOLVIMENTO PARA COMUNIDADES VULNERÁVEIS

O desenvolvimento no modelo econômico atual aparece majoritariamente como uma abordagem de cima para baixo, eurocêntrica e tecnocrática “que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso” (Escobar, 1995, p. 44). Com as críticas surgem os vieses alternativos de economia, no fazer turístico ganha foco o TBC. Este emerge no interior do terceiro setor, nas relações com as organizações não governamentais e as experiências com as comunidades tradicionais, na sequência, ganha o interesse da academia favorecendo pesquisas e investigações.

Instituições do Estado, tais como as: Universidades, Institutos Federais e o próprio Ministério do Turismo, em estudos buscam discutir a relação entre turismo e



o desenvolvimento, muitos apontam para o TBC, como um modelo alternativo capaz de abraçar espaços periféricos e se tornar uma opção ao turismo massivo (Araújo & Silva, 2018; Braga & Selva, 2016; Brasil, 2018; Gomes, Falcão & Castilho, 2015; Maldonado, 2009; Sansolo & Burztn, 2009; Silva & Laibida, 2023; Urano, Siqueira, Nobrega, 2016). Com a vinculação associada ao lugar cultural favorece a participação muito mais ativa e solidária dos comunitários, além, de ser um convite organizado pelos anfitriões, que mantém com o território uma relação cotidiana de dependência, sobrevivência material e simbólica (Araujo, Mendez & Ribeiro, 2020; Simonetti, 2020).

É precipitado apresentar um marco teórico para fundamentar o TBC, mas um dos conceitos pioneiros no Brasil foi o da *World Wildlife Fund* – Brasil - WWF (2003) que definiu a atividade como um “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que geram benefícios para as áreas de relevantes interesses para a conservação da biodiversidade”. Incentivado em áreas com certo nível de vulnerabilidade socioeconômica, considera o comprometimento com práticas solidárias e sustentáveis (Araújo, Silva, 2018; Costa, 2013; Lobo, 2015; Maldonado, 2009). Esse processo ancora-se no que Green (2009) cunha por cidadania ativa, condição em que as pessoas exercitam os seus direitos civis e políticos, por meio de ações coletivas em prol de benefícios comuns e melhorias em suas vidas econômica e social. Sendo o estímulo do poder público um aspecto importante para a autonomia e desenvolvimento das dinâmicas participativas.

No que tange o poder público, em 2008, o Ministério do Turismo (MTur) reconheceu a existência do TBC ao publicar o edital, n. 001/2008, com o fim de selecionar projetos voltados à atividade, nele define que:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).



Recentemente, no ano de 2018, o ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, estabeleceu um marco referencial para o TBC em Unidades de Conservação, a fim de mobilizar os gestores públicos sobre a importância socioeconômica e o potencial dessa prática no plano das políticas públicas federais (ICM-Bio, 2018). Isso porque as iniciativas de TBC distribuídas pelo país, nos últimos anos, com incentivo financeiro restrito do poder público, tem se respaldado no apoio dos movimentos sociais, organizações não governamentais, agências de cooperação, ativistas, líderes comunitários entre outras instituições e grupos organizados em torno dos direitos das populações tradicionais.

Consolida-se ações para a articulação do TBC, é exemplo em território nacional a Rede de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL²¹, criada em 2003. No estado do Ceará, a Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM e o Instituto Terramar, uma organização não governamental socioambientalista. No norte do país o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, com iniciativas e pesquisas no campo do TBC, também é exemplo (Instituto Mamirauá, 2019). O foco é a experiência turística local como apoio às comunidades tradicionais, com gestão associativa (Moraes, *et.al*, 2020; Portal Unisol, 2017; Rede Tucum, 2008). Das citadas, a Rede Tucum, no nordeste brasileiro, se projeta como a principal incentivadora do TBC.

É relevante salientar que essas iniciativas oportunizaram a um grupo significativo de pessoas pertencentes aos assentamentos rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pesqueiras, entre outras, a conquista de melhores condições de vida a partir do turismo. Com o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e a ampliação do elitismo racial (Warren, 2019) favorecido pela expansão da extrema direita, com destaque à gestão federal de Jair Bolsonaro, de viés ultra neoliberal, unido ao período pandêmico, as comunidades foram amplamente

²¹ A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário inicia a sua história em 2003, com um programa de cooperação no setor da economia solidária iniciado pela Embaixada da França no Brasil.



impactadas, tanto com ameaças nas suas terras como com paralização total do turismo, levando em conta que em muitos locais a atividade não era apenas a renda alternativa, mas a principal.

No período pandêmico, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), vivenciou-se uma crise sem precedentes na história da atividade, com uma redução de 900 milhões de turistas internacionais, isso comparado com o desempenho do setor no mesmo período de 2019 (OMT, 2020). A pulverização de renda foi abrupta, com maior impacto entre trabalhadores informais, (Everton, 2020; Sanson, Myrrha & Hofstaetter, 2020).

O cenário de crise humanitária e incertezas mobilizou um movimento de comunicação e de trocas mediadas pelas tecnologias informacionais entre comunidades, parceiros, movimentos sociais, acadêmicos e sociedade civil, a fim de se trocar algum tipo de apoio. Neste momento criou-se o Coletivo TBC-Maranhão, com pesquisadores organizados, inicialmente, em torno do projeto Mandacaru²². No aplicativo *WhatsApp*, reuniram-se agentes comunitários, ambientalistas, ativistas e empreendedores locais. Coutinho, em entrevista para esta pesquisa no dia 14/07/2023, explica que:

O Projeto Mandacaru foi criado dentro do consórcio do Nordeste pelo pesquisador Miguel Nicolelis, instituído para servir de apoio as ações que a região Nordeste poderia desenvolver no período pandêmico. Como o nome sugere: mandacaru é resistente as condições climáticas (cenário pandêmico), produz frutos (resultados) e reserva quantidade de água (pesquisas). Neste sentido, o projeto atuou em várias frentes de linha para fornecer respostas ao cenário que estávamos enfrentando, perpassando questões sanitárias, alimentares, educacionais e, no caso do TBC, de fomento as políticas públicas. O subgrupo 8 denominado de Políticas Públicas foi liderado durante o seu processo gestacional por Sergio Storch, *in memoriam*, que lutou durante sua vida pelos direitos humanos, era judeu e ativista social e faleceu em

²² O Projeto Mandacaru, é um coletivo de pesquisadores voluntários, iniciativa do neurocientista Miguel Nicolelis, também coordenador do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste, pretende ser o maior instituto virtual de pesquisa científica da história do Brasil. braço de apoio do Consórcio do Nordeste no combate a pandemia. Para mais informações ver entrevista com Miguel Nicolelis, disponível em: < <https://aupa.com.br/miguel-nicolelis-o-brasil-so-comecou-a-dar-importancia-ao-setor-de-pesquisa-durante-essa-emergencia-global/>>



decorrência da COVID. Todo esse processo da rede Mandacaru uniu mais de 800 pessoas pensando o desenvolvimento alternativo e crítico do Nordeste brasileiro e aqui e acolá se convidavam pessoas para integrar o debate e construir políticas públicas. Ainda como fruto do processo foi instituído a rede Paulo Freire e a rede Josué de Castro”. Eis que surge, dentro do subgrupo de políticas públicas, o “TBC Nordeste” sob o guarda-chuva da rede Mandacaru para fornecer subsídios ao Consórcio Nordeste. Contabilizamos 42 pessoas entre professores, pesquisadores, gestores públicos, comunitários, ONG’s e demais colaboradores que se reuniam com frequência para pensar o TBC Nordeste. Mapeamos iniciativas de TBC, criamos princípios e dimensões e formamos uma boa rede de diálogo. Todavia, faltavam membros que não estavam ali e não teriam fôlego de participar desta frente. Neste momento, eu estava atuando no RN em pesquisa doutoral, e trabalho e pesquisa no Maranhão, portanto, fiquei responsável por articular as pessoas desses dois estados e outros colegas de outras regiões. Foi instituído o grupo Coletivo TBC-Maranhão neste cenário que ajudava a fomentar as ações do grupo maior (TBC Nordeste através da rede mandacaru). Hoje não mais há essa necessidade, mas o grupo continua.²³

Sobre a mobilização inicial do grupo a pesquisadora Luciana Castro acrescenta:

Na verdade, criei o grupo no dia 10 de setembro de 2020, após uma reunião com participantes do grupo da Rede Mandacaru à frente do TBC do Nordeste. O grupo tinha o propósito de reunir várias iniciativas de TBC para se realizar um mapeamento das mesmas no estado do Maranhão. Atualmente, o grupo possui um outro formato que vai além disso, se tratando de uma rede de relações onde divulgamos, comunicamos, trocamos conteúdos e experiências de TBC.

O “Coletivo TBC – Maranhão” é composto por 37 participantes: professores, pesquisadores e agentes vinculados a iniciativas do Turismo de Base Comunitária no Maranhão.

Quadro 1: Participantes do grupo

ID	NOME	P13	Moraes	ID	NOME
P01	Coelho	P14	Gonçalves	P26	Trip Lençóis
P02	Barros	P15	Nazaré	P27	Gueiros
P03	Nascimento	P16	Martins	P28	Ferreira
P04	Rocha	P17	Maia	P29	Brússio

²³ Informações passadas para esta pesquisa em 14 de julho de 2023, pela pesquisadora Ana Catarina Coutinho.



P05	Campos	P18	Oliveira	P30	Dudu
P06	Castro	P19	Coutinho	P31	Duarte
P07	Milena	P20	Tânia	P32	Pinheiro
P08	Silva	P21	Tatiana	P33	Gonçalves
P09	Miranda	P22	Nicásio	P34	Marques
P10	Costa	P23	Araújo	P35	Arnon
P11	Melo	P24	Lima	P36	Pereira
P12	Marcos	P 25	Brito	P37	Ucledna

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os pesquisadores fomentam debates sobre o tipo de turismo desejável, principalmente, às comunidades tradicionais e sobre a necessidade de criação de novas formas de turismo, construídas em um modelo mais justo e equitativo, com a população local no centro do planejamento das atividades turísticas. Os projetos de pesquisa e extensão, também são elementos que têm favorecido a aproximação e o diálogo da Universidade com artistas, produtores culturais, empresários locais, líderes religiosos e comunitários, ativistas, representantes públicos, entre outros interessados no TBC²⁴.

²⁴ Salientamos os projetos realizados pelos pesquisadores do grupo: coordenada pela Professora Luciana Chaves Castro, “Arranjos Produtivos Locais do Turismo no Contexto do Turismo de Base Comunitária em Alcântara- MA (UFMA)”, pela; Professora Monica Araújo, o “Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento local: estratégias e desafios para o fortalecimento do município de Santo Amaro (UFMA)”. O projeto de pesquisa “Análise dos Princípios e Diretrizes do Turismo de Base Comunitária elaborados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Amazônia Maranhense”, do ICMBIO em parceria com UFMA, coordenado pelo Dr. Bruno Gueiros (ICMBio) e Profa. Dra. Mônica de Nazaré (UFMA), desenvolvido com apoio da Prefeitura Municipal de Bequimão. Agregam-se dois projetos de pesquisa que abarcam a região do Baixo Parnaíba Maranhense coordenadas pelos membros do GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Culturas), do Professor Josenildo Campos Brussio, “Imaginário e patrimônio do Saco das Almas: possibilidades de salvaguarda das tradições quilombolas”; e “Espaços Comunitários e Desenvolvimento Socioeconômico: saberes, fazeres e turismo em prol do Bem-viver no Baixo Parnaíba Maranhense”, da Professora Sylvana Kelly Marques da Silva.



O coletivo mapeou no Maranhão ações de TBC nos seguintes municípios: **Santo Amaro do Maranhão**²⁵, com as comunidades tradicionais de Barra, Betânia, Caburé, Travossa e Queimada dos Britos. No município de **Amarante**, as comunidades quilombolas de Mimbó e Olho D'água dos Pires. Em **Coelho Neto**, a comunidade Buenos Aires e Nossa Senhora do Amparo focam no TBC. Quatro povoados são apontados no município de **Barreirinhas**: Baixa Grande, Mandacaru, Marcelino e o do Canto de Atins. **Alcântara**, evidencia as comunidades quilombolas da Itamatatiua, Mamuna e a Comunidade do Cajueiro. A Itamatatiua é um dos mais importantes polos de produção da cerâmica do estado. Em **Icatú**, as comunidades quilombolas de Santa Maria, Axixá, Olho D'água, a comunidade Arraial, Boca da Mata e Itatuaba. No município de **Axixá**, distingue-se as comunidades Boca do Rio e Ruy Vaz. Em **Itapecuru-mirim**, a comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos. No município de **Vargem Grande**, a comunidade quilombola Piqui da Rampa. E no município da **Raposa** o povoado de Canto na ilha do Curupu. Apontamos, ainda, a incidência das ações do desenvolvimento endógeno nos municípios: **Bequimão**²⁶; **Cururupu**, com a comunidade da Ilha dos Lençóis; **Mirinzal**; **Guimarães**, com as comunidades quilombolas de Caratiua e de Damásio; e **Grajaú**, no Morro Branco com comunidade indígena urbana.

Na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, onde localiza-se o curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão, o município do **Brejo** com a comunidade de artesãos São João dos Pilões e a possibilidade de incidência do TBC na Comunidade do Quilombo Saco das Almas, que conta com parcerias com a universidade, recebendo intervenções para diagnóstico e realização de

²⁵ Destacamos em negrito os municípios maranhenses com ações de TBC.

²⁶ Recentemente integrado ao Mapa do Turismo Brasileiro. Para mais informações ver Site da Prefeitura de Bequimão, Notícias; disponível em <[https://www.bequimao.ma.gov.br/publicacao.php?id=2115=Bequim%C3%A3o%20entra%20no%20M](https://www.bequimao.ma.gov.br/publicacao.php?id=2115=Bequim%C3%A3o%20entra%20no%20Mapa%20do%20Turismo%20Brasileiro)



oficinas. Em, **Chapadinha**, há a comunidade da Lagoa Amarela – com o quilombo Negro Cosme. No município de **São Bernardo**, sobressai-se as primeiras iniciativas de inventariação, demarcação de bens culturais, organizações de roteiros e diálogos sobre associações e iniciativas de TBC, com destaque ao Povoado de São Raimundo. Além, as articulações em prol do TBC iniciadas com o Projeto Balaiada que percorre os municípios de São Bernardo, Brejo e Tutóia.

VISÕES E AÇÕES NO *SAVOIR FAIRE* DOS PESQUISADORES DO TBC

Goffman, (1985, p. 218) coloca que “dentro das paredes do estabelecimento social encontramos uma equipe de atores que cooperam para apresentar a plateia uma dada definição da situação”. A cooperação e a interação da equipe são entendidas como parte integrante do componente social, assim, a formação de uma equipe é atrelada diretamente a essa necessidade. Tendo em conta que a sociedade e os papéis sociais sofrem inúmeras transformações que configuram o tempo presente.

Definindo o papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um desse pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou um público formado pelas mesmas pessoas (Goffman, 1985, p. 24).

O *savoir-faire* (Perrenoud, 2000), compreende o lado prático dos papéis sociais, em que o saber acumulado culturalmente é posto em prática, sendo a prática capaz de produzir resultados. Nesse sentido que compreendemos essa reunião de pesquisadores como regentes de práticas potenciais no direcionamento de condutas a fim de se implementar esse modo de se organizar o turismo. Sendo estratégico refletir sobre o *savoir-faire* dos pesquisadores nas articulações e percepções sobre o Desenvolvimento/TBC no Maranhão por meio do coletivo.

Envolvidos com a organização do turismo com a base comunitária para além do âmbito institucional, as relações estabelecidas no grupo pelos pesquisadores



permeiam seus compromissos. A própria vivência virtual no grupo é um ato de resistir e insistir. Essa tendência é corroborada pela Professora Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo²⁷, integrante do Coletivo-TBC Maranhão:

Fui selecionada em um edital da FAPEMA para atuar com comunidades, pensei no TBC e fiz o projeto, formamos um grupo de professores e alunos e começamos a implementar o projeto no município de Santo Amaro, fizemos boas parcerias o que serviu para posteriormente ampliá-lo até outras comunidades, com apoio da prefeitura. Organizamos uma série de atividades com palestras, oficinas e capacitações com os comunitários que já tinham seus empreendimentos e com os que desejavam abri-los, consultoria com os comunitários, palestras de educação ambiental. Mas é um trabalho longo, de articulação de vários grupos e instituições, não é pensar em preparar a comunidade tal para o TBC, o que realizamos é projeto de aprendizagem social, com média mínima de maturação entre três a cinco anos.

Ao ressaltar sua iniciativa a professora Mônica apresenta o processo de construção e colaboração existente na organização desse modo de se gerir o turismo, dependente de várias parcerias. O diálogo com a esfera local, central, se traduz em trocas, articulações e desafios existentes no que concerne a própria interação social. Torna visível que:

(...) no Turismo de Base Comunitária, a gente trabalha muito com a questão do desenvolvimento local, não é? Ou a gente chama de desenvolvimento endógeno. As comunidades podem se organizar e, a partir da sua organização trabalhar de forma associada para que possam ter no turismo uma possibilidade de desenvolvimento, uma possibilidade para que elas possam se desenvolver dentro de uma perspectiva local. Ou seja, que possam ser as protagonistas dessa atividade do desenvolvimento e do turismo. Isso, levando em consideração a conservação ambiental, a geração de trabalho e renda, a valorização do patrimônio seja ele natural, ou seja, cultural e também a valorização dos seus próprios saberes e fazeres. Então, eu vejo a questão do desenvolvimento intrinsecamente colocada dentro dessa perspectiva, sobretudo, do local. [...] é dentro dessa perspectiva do desenvolvimento que as pessoas de uma dada localidade podem organizar o turismo, a sua própria agricultura, podem desempenhar um papel dentro das suas comunidades e assim gerar de fato um desenvolvimento alicerçado ao local. A gente sabe que muitas vezes as políticas públicas não alcançam as comunidades. Então, a

²⁷ Monica Araújo é professora do Departamento de Turismo e Hotelaria na Universidade Federal do Maranhão, atua com projetos e pesquisas no âmbito do TBC e desenvolvimento socioambiental, sendo pioneira em várias iniciativas e parcerias para o desenvolvimento do TBC no Maranhão. Atua também no campo governamental, tendo sido Secretária Adjunta de Turismo do estado do Maranhão.



gente questiona esse tipo de desenvolvimento caracterizado por uma política pública que veio da esfera federal, passa pela estadual e para em alguns espaços da esfera municipal, sem chegar até as comunidades.

Ao apontar a centralidade do protagonismo local no TBC diante de uma diversidade de possibilidades, a ideia, até muito comum, de pensar o TBC como segmento dilui-se, afinal não se trata de uma forma de ser, mas uma forma de fazer a gestão do turismo na comunidade, uma trajetória possível por meio de uma organização social. O governo compactua ao priorizar em seu planejamento turístico a ideia do desenvolvimento junto a proteção dos recursos naturais e a inclusão social (IMESC, 2018). Porém, na contramão desse discurso, a professora Mônica, destaque no estado do Maranhão pelas diversas incursões que faz nas comunidades tradicionais com ações vinculadas ao TBC, denuncia os entraves na distribuição dos recursos públicos que ao percorrer distintas esferas de poder desaparecem no âmbito do poder municipal, não chegando até as comunidades. O que obviamente dificulta a ampliação dos apoios, parcerias e específicas ações de interlocução necessárias.

Gueiros com a experiência no ICMBIO, corrobora:

Eu, tanto quanto cidadão, mas também como servidor público, que trabalha no Instituto que tem o nome do Chico Mendes, e não um nome à toa, é um nome que diz muito, penso o desenvolvimento socioambiental, que aí eu encaro como uma melhoria da qualidade de vida. Não são sinônimos, de maneira nenhuma, mas, a gente faz essa adaptação do desenvolvimento socioeconômico pensando em melhorar a qualidade de vida para se ter o mínimo, a dignidade humana e cidadã, o que está muito longe de acontecer por sinal, mesmo agora com essa mudança de governo, graças a Deus! Se é que a gente pode chamar o que existiu no ano passado de governo. Mas, ainda assim está longe dessas pessoas, dessas populações tradicionais na qual eu trabalho desde que eu entrei no IBAMA, está muito longe de terem uma qualidade digna mínima, uma saúde, uma habitação decente, acesso à educação, a internet, a energia elétrica, está muito longe de acontecer. Então quando eu penso em desenvolvimento socioambiental eu penso nisso, as pessoas terem sua saúde, sua dignidade, sua autoestima, suas necessidades básicas atendidas, de maneira que elas possam ficar nos seus territórios sem precisar ir embora ou pensar em ir embora pra melhorar a 'vida'.

A ordem social considerada por Gueiros expõe-se na distância dos comunitários conquistarem as condições básicas para a vida digna, o que resulta das



formas de dominação e exploração ao qual estão sujeitos diante dos limites do sistema hegemônico de desenvolvimento. Porém, o analista ambiental, se não expõe um cenário otimista sobre o desenvolvimento, consegue esperar diante da ressignificação do desenvolvimento com a inclusão das esferas sociais e ambientais, com prioridade a dignidade humana e aos acessos básicos.

Como alternativa as injustiças da ordem vigente está o mais recente conceito do TBC, construído no Seminário de Turismo de Base Comunitária do ICMBio/São Luís, em abril/2023²⁸. Pensando o turismo nas Reservas Extrativistas Arapiranga-Tromaí, Baía do Tubarão, Cururupu, Itapetininga e Quilombo Frechal – com participação de lideranças comunitárias, gestores ambientais, pesquisadores e parceiros de unidades de conservação do Maranhão, Ceará, Pará, Rio de Janeiro – define-se o TBC como:

(...) uma ferramenta de luta e resistência pela permanência do território e maretório, com o protagonismo dos povos tradicionais e valorização do poder feminino. É uma experiência de compartilhamento de saberes, belezas e riquezas produzidas pelo trabalho dos pescadores artesanais, agricultores, familiares e quilombolas, que gera de maneira justa, solidária e sustentável benefícios socioeconômicos, ambientais, educativos e de cura. Destacamos que esse conceito deve ser como a maré que muda, se movimenta. O TBC que acreditamos considera o respeito e valorização à cultura, costumes locais e símbolos passados pelos nossos mestres dos saberes ancestrais que formam os pilares de nosso conhecimento tradicional.²⁹

O conceito contempla a luta das comunidades tradicionais pela permanência no território, incentiva o protagonismo organizado para apoiar a reprodução material da atividade, porém, nitidamente como uma estratégia de sociabilidade que favorece a revisão de normas, valores e dos imaginários da sua

²⁸ O seminário foi uma realização: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio São Luís, com recursos do Programa Arpa. Teve apoio de tais instituições, representadas aqui pelo endereço da rede social Instagram: @funbio_brasil. Produção: IMAS @maranhaosustentavel @governoma @fmrbr.ma @prefeituradebequimaio. Para mais informações observar a rede social instagram disponível no link: <https://www.instagram.com/tv/CeYh2gAADhT/?igshid=MDJmNzVkMjY=>

²⁹ Informação extraída da pesquisa netnográfica no Coletivo TBC Maranhão, divulgada em 04 de junho de 2023, pelo pesquisador Bruno Gueiros.



própria economia, quem sabe até coexistindo como uma outra racionalidade ante a racionalidade capitalista.

Nesse sentido, consideramos que há um ponto de partida para o estabelecimento de novos imaginários pelo TBC, uma vez que as propostas consideram o diálogo com as comunidades e unem-se ao interesse em guiar o aproveitamento racional dos elementos culturais e naturais locais; também, atrelar o turismo a outras formas de vivência e de economia, com benefício coletivo, prescrevendo novas receitas para a interpretação do desenvolvimento. Nesta, a prioridade está nas variáveis culturais subalternizadas com privilégio as suas consciências, identidades e sensibilidades; torna visível saberes e fazeres dos indivíduos que estabelecem os *habitus* locais junto a direções produtivas de bem-estar local. Amparando, dinâmicas historicamente menosprezadas. O que afirma a possibilidade de um movimento de mudança, como colocado por Perrenoud (2000) quando aponta a transformação dos atores por intermédio do acúmulo do conhecimento anterior, sendo compostos e sobrepostos culturalmente no âmbito das relações sociais e do trabalho, interferindo, inclusive, na visão de mundo e na forma de pensar de cada indivíduo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo abordamos as interações em prol de ações e práticas que dinamizam o turismo alinhado a novas propostas de desenvolvimento, com interesse no *savoir-faire* dos pesquisadores do Coletivo TBC – Maranhão, que se reuniram em prol mitigar os impactos da pandemia em comunidades vulneráveis que atuam com a atividade turística ou se interessam pelo campo, momento em que se vivenciou uma crise sem precedentes em termos humanitários e econômicos, paralisando totalmente a atividade e impactando na renda dos indivíduos.



Nesta direção consideramos que o *savoir-faire* desses estudiosos é um desafio permanente, porque acreditam e apresentam o desenvolvimento abrigando vertentes críticas do pensamento social em torno do TBC, apontam perspectivas de sustentabilidade socioambiental, concepções do Bem-viver, visões que agregam possibilidades de inclusão econômica que tentam escapar da lógica hegemônica com alternativas que visam a redução das desigualdades sociais, com práticas mais equitativas. Comprometem-se com o ato de recriar e esperar a aplicação prática de conhecimentos culturais acumulados, promovendo resultados transformadores.

Apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos anos com a entrada do governo de centro direita após o Golpe de Estado de 2016, seguido da gestão com viés de extrema direita de Jair Bolsonaro que apresentaram total desprezo as questões sociais e redistributivas de renda, com o avanço de políticas ultraliberais e o enfraquecimento do suporte público ao TBC. Acrescenta-se os percalços estruturais existentes, até mesmo em dinâmicas básicas como as dificuldades de deslocamento, observa-se uma tendência para o apoio as comunidades, vinda de distintas esferas sociais.

Se considerarmos os fatores históricos e a tendência teórico-política do contexto da emergência do TBC, enquanto uma alternativa socioeconômica em detrimento dos códigos dominantes, caracterizado com uma abordagem inclusiva e participativa, voltada para os locais, especialmente, em áreas vulneráveis, com benefícios econômicos, sociais e culturais direcionados aos comunitários. Fica claro, os desafios enfrentados em relação à falta de apoio financeiro e às políticas inconsistentes, especialmente em cenários adversos como o enfrentado durante a pandemia.

No que tange a dimensão política, nos últimos debates realizados pelo grupo apresentou-se um projeto da Universidade Federal Fluminense em parceria com o Ministério do Turismo para impulsionar o TBC, um guia metodológico de organização dessa gestão de base nas comunidades tradicionais. Na esfera estadual,



no estado do Maranhão, foi sancionada a Lei nº12.206/2024, que estabelece as diretrizes para a instituição da Política Estadual de Turismo Rural de Base Comunitária na Agricultura Familiar.

No Coletivo o *savoir-faire* dos pesquisadores se constitui na prática em luta social pela ressignificação de códigos opressores, capaz de apoiar na produção de novos imaginários sobre o próprio limite do desenvolvimento. Em que pese o turismo ser definido pela lógica de mercado, o conjunto de ações e discursos que emergem favorece que as comunidades se preparem para articulação das ações e captações dos investimentos por meio de fomentos públicos e privados, captação de editais e participações em fóruns e conselhos. Que se organizem em redes colaborativas capazes de viabilizar apoios na promoção de infraestruturas que melhorem a qualidade de vida local, tal como a ampliação de sistemas de transporte, saúde, canais de informação, comunicação, segurança pública, entre outras ofertas de serviços que favoreça a expansão da capacidade dos comunitários.

O estímulo do grupo à participação comunitária integra ideias do desenvolvimento sustentável, protagonismo local e preservação cultural. Nesse sentido, os pesquisadores indicam que um ponto forte das comunidades envolvidas é que a maioria está aberta aos diálogos e as expectativas que envolvem o TBC, já há os que praticam o TBC, mas não conhecem o conceito. Todavia, não há como romantizar, há lacunas e as comunidades que se autodenominam com o TBC possuem conflitos por não organizarem suas bases com planos sociais e coletivos. A maior dificuldade é estruturar as bases locais com cooperativas e associações que pensem um novo modelo de desenvolvimento onde a comunidade possa de fato falar por si.

Não há como negar que mesmo nas comunidades tradicionais os valores conformados pela racionalidade capitalista pululam com sua ideologia, o que inculca a descrença sobre o interesse a específicos locais de vivência. Não podemos deixar de citar que sendo uma proposta de organização de desenvolvimento alternativo, os



espaços onde emerge o turismo com a gestão do TBC são visualizados por grupos restritos, são espaços por vezes estigmatizados e até desvalorizadas socialmente. Assim, é primordial que a comunidade acredite nos seus valores e eleve a sua autoestima com a criação de novos imaginários.

O coletivo – que atualmente se estrutura por meio das divulgações das ações nos seus territórios e, quando necessário, diálogos dos conhecimentos obtidos na região em que atuam – indica ser fulcral o acesso as comunidades para o apoio na produção de ações, visto que a organização comunitária em torno dessas iniciativas é parte de um processo lento de formação social. Mesmo com as várias dificuldades, os pesquisadores apontam que o TBC tem sido uma forma de promover certa equidade social com o incentivo das estratégias culturais e políticas que emergem localmente, frente aos padrões convencionais do turismo massificado. Ainda existe sob a articulação dos membros uma diversidade de pesquisas e iniciativas, a maioria separadas, o que dificulta as trocas de experiências e de um trabalho com maior nível de interação, cenário favorecido por uma carga de atividades elevada na rotina dos pesquisadores, prejudicando a organização dos encontros e dos vínculos.

As estratégias de intervenção, embora pontuais, em muitos casos são eficientes, uma vez que iluminam esse movimento, que como cunha Warren (2019), vem de baixo pra cima, e se caracteriza como uma revolução na lógica dominante, já que possibilita os locais serem reconhecidos e legitimados em suas subjetividades, discursos, imaginários, religiosidades, identidades e *habitus* como socialmente relevantes e vitais para o desenvolvimento econômico.

Se é uma resistência ao modelo hegemônico, tal *savoir-faire* pode ser entendido como justa ira, como rebeldia, como uma ação revolucionária de resistência à violência institucionalizada no processo histórico da estruturação do desenvolvimento econômico tradicional, com invasões, destribalizações, genocídio dos ameríndios, escravização e saques para incorporações de terras.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Consulta em tabela. 2021. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>> Acesso em 02 de novembro de 2023.

ARAÚJO, Cristina Pereira de. SILVA, João Paulo. Turismo de Base Comunitária e Produção do Espaço na Comunidade da Ilha de Deus, Recife-PE. **Caderno Virtual de Turismo. Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura**: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 72-87, dez. 2018.

BRAGA, Maria Batista; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA** Fortaleza, Brasil, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária**. Brasília: MTUR, Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/N. 001/2008.

CRUZ, Rita. Cruz. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001

DE PAULA, Cristiano Quaresma. A expropriação da terra das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. In: **Revista del Cesla**, nº 23, 2019, p. 25-280.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. **Políticas de economía, ambiente y sociedade y tiempos de globalización**. Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2005, p. 17-31.

EVERTON, Cesar Roberto Castro Chaves. O novo proletariado de serviços: análise da precarização do trabalho no setor do turismo. In: **Pesquisa em turismo**: colaboração, inovação e interdisciplinaridade (Orgs.) GAZONI, Jefferson Lorencini; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes e WIESINIESKI, Livia Barros. – 1. ed. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020. P. 125-138.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Globo. 2001.

FETAEMA. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no maranhão**, ANO 2020. São Luís. FETAEMA. 2021.

FLORIANI, Dimas. As metamorfoses do desenvolvimento. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e



críticas desde América Latina. In: CUADRA, Fernando Marcelo de la & MELO, Ana Amélia Cavalcanti de (Orgs.). **Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina**. 1ª ed. Valparaíso: RIL, 2020, v. 1, p. 387-430.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GIACOMETTI, Renata Brockelt; FLORIANI Dimas Floriani. Conflitos socioambientais e disputas sobre as terras indígenas. In: **Revista de Direito e Relações Internacionais e suas interfaces – VIDERE**, v.13, n. 26, p. 97-121, 2021.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1985.

GÓMEZ, Carla Regina Pasa; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez; CORREIA, Suzanne Nobrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, vol. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GREEN, Duncan. **Da Pobreza Ao Poder**: Como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. Tradução de Luiz Vasconcelos. – São Paulo: Cortez, 2009.

HIRSCHIMA, A. Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v 25, n. 1, 1989.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, Gerhard; LANG, Miriam.; FILHO, Jorge Pereira. (Org.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, (2016) p. 25-44.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34.,1994.

LIMA, Livia. **Agência Tambor**. Maranhão está entre os quatro estados com maior desmatamento. Entrevista com Giderlan Rodrigues. Publicado em 08 de agosto de



2022. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/meio-ambiente/maranhao-esta-entre-os-quatro-estados-com-maior-desmatamento/>

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto.; SANSOLO, Davis Gruber.; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.17-37.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir/Vivir Bien**: filosofia, políticas, estratégias y experiências regionales andinas. Lima, Peru: Coodinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), 2010.

MORAES, Edilaine Albertino de; IRVING, Marta de Azevedo; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; OLIVEIRA, Elizabeth. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro», **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 122 | 2020, consultado em 12/11/2023. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/10761>>

NASCIMENTO, Felipe Gomes do; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Turismo de Base Comunitária como alternativa para o desenvolvimento rural**: a experiência da comunidade de chã de jardim, Areia-PB. João Pessoa - Editora do CCTA, 2020.

OMT. **World Tourism Barometer**, Issue 2, Volume 19, March 2021. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Disponível em: <https://www.unwto.org/international-tourism-and-Covid-19> Acesso em: 20 jul. 2022.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.142-161



SANSON, Cesar; MYRRHA, Luana Junqueira Dias; HOFSTAETTER, Moema. Os trabalhadores do turismo no Rio Grande do Norte no contexto da pandemia de COVID-19. In: **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia** (Orgs.)

OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Márcio. Brasília: Ed. Positiva: CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.p. 311-333.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Texeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Arte e (r)existência: A Economia Interpretativa e o turismo em articulações com a descolonização da estética rural. In: RODRIGUES, Edimilson (Org.) **Literatura e políticas: energias libertárias à serviço da criação em tempos de transição** (livro eletrônico). Foz do Iguaçu: CLAEC, 2023, p. 138-153. Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/106>

SILVA, Sylvana Kelly. Marques da. **Reinvenção das políticas públicas para o turismo no pós-pandemia**: reflexões sobre os desafios e a descolonização. 1 Webinar (120 min.). UFPB. 2020.

SIMONETTI, Susy Rodrigues. **Mesa temática virtual: Turismo de Base Comunitária: Desenvolvimento local e responsabilidade socioambiental**. 1 Evento virtual (209 min.). UFMA, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-23, 1996.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico**, 84, 1985, p. 11-44.

WARREN, Jonathan Frederick. **Cultures of Development: Vietnam, Brazil and the unsung vanguard of prosperity**. New York: Routledge. 2017.

WARREN, Jonathan. **Culturas do desenvolvimento**: Vietnã, Brasil e a não celebrada vanguarda da prosperidade. 1ª Ed. Salvador: EDUFBA (Ed. Univ. Federal da Bahia), 2019.



WARREN, Jonathan Frederick. **Racial Revolutions**: antiracism & Indian Resurgence in Brazil. Durhen and London: Duke University Press, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Antônio Flávio Pierucci (Ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WORLD WILDLIFE FUND - BRASIL (WWF-BRASIL). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

Recebido: 16 de setembro de 2024

Aceito: 18 de dezembro de 2024

Publicado: 23 de março de 2025

